

Coluna do Castello

Sarney assume a autoria do pacote

NÃO se diga que o presidente José Sarney é pouco ousado quando o que está em jogo é a estabilidade do seu governo. Ousou com o Cruzado de fevereiro, com o mal embrulhado Cruzado II e com a decisão de falar ontem à noite aos brasileiros. A decisão de fazer o discurso contrariou a opinião de diversos auxiliares dele. O ministro Marco Maciel, por exemplo, foi voto vencido. Outro importante ministro, com gabinete no Palácio do Planalto, não demonstrou simpatia pela idéia.

O presidente perdeu, com a adoção do pacote do último dia 21, parte da credibilidade que usufruía — justamente aquela parte agregada com o sucesso alcançado pela reforma econômica do Cruzado original. Manteve a cota de credibilidade pessoal, inerente ao cargo e ampliada por um comportamento digno, sóbrio e correto exibido até aqui. Alguns dos assessores do presidente temiam que ele pusesse em risco o patrimônio que lhe resta com um discurso destinado a explicar o que já fora mal explicado.

Seu próprio carisma, a desenvoltura testada, de outra vez, diante das câmeras de televisão, o sentimento de que, como principal líder político do país, estava obrigado a se dirigir à sociedade em uma hora de tantas dificuldades — todas essas razões, somadas à tentativa de recuperar parte do prestígio jogado fora pelo governo, moveram o presidente na direção do gesto de ontem à noite. Sarney está convencido de que deverá freqüentar, com mais assiduidade, o horário gratuito da TV daqui por diante.

A fala que produziu agora foi quase um pedido de desculpas por não ter se encarregado, pessoalmente, de anunciar o Cruzado II. Alguns argumentos, que o presidente poderia ter manejado para justificar o pacote dos aumentos, foram deixados de lado por uma questão de prudência. Sarney não disse, por exemplo, que as reservas de divisas sofreram uma queda que já atingira, no início de novembro, a mais de 2 bilhões de dólares. Ali, a crise cambial revelou-se em toda sua extensão dramática.

Na última semana de outubro, o Brasil perdeu uma média diária de 50 milhões de dólares em divisas. O vazamento, através dos jornais, de itens do pacote em acelerado processo de confecção, paralisaram a economia e apressaram a decisão do governo de anunciá-lo logo depois do dia 15 de novembro. Foi o desastre que se viu, que os ministros da área econômica admitem em particular e que Sarney tenta, agora, remendar. O futuro dirá da oportunidade ou não do discurso presidencial.

Na abordagem da questão externa, Sarney foi comedido. Não avançou no estabelecimento de limites para a transferência de recursos para o exterior como desejavam algumas áreas do PMDB. Corrigiu, de certa forma, a postura adotada, até aqui, pelos negociadores da dívida — mal criados na retórica de confrontação com os credores e com o FMI, bem compostos no pagamento, em dia, das obrigações financeiras do país. Renovou a proposta de um pacto social destinado, uma vez mais, a nem chegar ao papel.

Pode ter sido um discurso hábil e competente, capaz de atingir o coração dos mais emotivos, mas traiu, de uma ponta a outra, o incômodo da posição de um presidente que assistiu, perplexo, à substituição do aplauso unânime pelas primeiras e sonoras vaias do seu período de governo. Sarney justificou o pacote e justificou-se em excesso. Jogou na defensiva durante quase todo o tempo do discurso. Assumiu, sozinho, a responsabilidade pelas medidas despachadas no dia 21.

Se elas não produzirem os efeitos desejados pelo ministro Dilson Funaro, pior para o presidente que, com sua fala, ofereceu-se como principal alvo do insucesso de uma reforma impopular. O Cruzado II provocou um descolamento abrupto e emocional entre a sociedade e o governo. No momento, os canais de comunicação entre um e outro permanecem obstruídos. Fora do discurso presidencial, não parece haver muito o que fazer, pelo menos por enquanto, para alterar a situação.

Os verdadeiros autores do pacote, e também os que apenas colaboraram com algumas idéias, expiam, reservadamente, as suas culpas, torcem para que ele dê certo e juram, como anteriormente já fizeram, que ele foi o último. Ocupam-se, agora, com a delicada questão da renegociação da dívida. Sabem, antes mesmo de sua divulgação oficial, que o próximo relatório do FMI é positivo no exame do modo como a economia brasileira vem sendo operada. O fato poderá ajudar o Brasil junto ao Clube de Paris.

Mais de um dos países integrantes do Clube de Paris manifestou, isoladamente, a intenção de liberar novos recursos para o Brasil. O governo coleciona cartas que provam isso. Mas não possui indicações seguras de como esses países, quando estiverem reunidos, se comportarão quanto ao desejo brasileiro de negociar sem passar pelo FMI. O discurso infantil do governo, de um nacionalismo equivocado, dificultou a posição do Brasil na hora de tratar da questão externa. Confundiu a rejeição, legítima, à receita recessionista do FMI com a necessidade de obter o seu aval para negociar.

É de se ver no que vai dar.

Ricardo Noblat (Interino)